

CULTURA E POLÍTICA EM DIÁLOGO NA GEOGRAFIA HUMANA: COMENTÁRIO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE SE PENSAR OS ESPAÇOS DA INTERCULTURALIDADE

*CULTURE AND POLICY DIALOGUE IN HUMAN GEOGRAPHY: COMMENTARY ON
THE POSSIBILITIES OF THINK IF THE SPACES OF INTERCULTURALISM*

Caio Augusto Amorim Maciel¹

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo

O artigo busca problematizar a assertiva segundo a qual a centralidade territorial do Estado moderno deva ser o foco de uma geografia cultural e política cuja finalidade última estaria em entender a questão da adesão coletiva a um projeto de Nação. Para realizar tal reflexão, propõe o conceito antropológico de *interculturalidade*, apoiando-se nas ideias de Gunther Dietz (2012) de modo a evidenciar os desafios colocados ao Estado-nação face à diversidade cultural contemporânea, dialogando com os aportes de Jean Gottman (1952) à geografia política, segundo Iná Elias de Castro (2012). Assim, são debatidos os sentidos dos “sistemas de movimento” e dos “sistemas de resistência ao movimento” que organizariam o espaço, cotejando como tais noções – há muito apropriadas pela geografia política – poderiam ser enriquecidas pelos temas trazidos por estudos interculturais recentes.

Palavras-chave: Geografia cultural. Geografia política. Estudos interculturais.

Abstract

The article discusses the assertive according to which the centrality of the modern territorial state should be the main focus of a cultural and political geography concerned to understand the issue of the collective adherence to a national project. To accomplish such reflection, it is proposed the use of the anthropological concept of interculturalism, relying on the ideas of Gunther Dietz (2012) to highlight the challenges placed to the nation state in the face of the contemporary cultural diversity. Allied to this perspective, the paper conducts a dialogue with contributions by Jean Gottman (1952) to the political geography, accordingly to Ina Elias Castro (2012). Thus the senses of "systems of movement" and "systems of resistance to movement" that organize the space are reconsidered, in order to compare how such notions – previously used by political geography – could be enriched by themes brought by recent intercultural studies.

Keywords: Cultural geography. Political geography. Intercultural studies.

Resumen

Este artículo trata de problematizar la afirmación según la cual la centralidad del Estado territorial moderno debe ser el foco de una geografía cultural y política, cuyo objetivo final equivaldría a entender la cuestión de la adhesión colectiva a un proyecto nacional. Para llevar a cabo esta reflexión, propone el concepto antropológico de la interculturalidad, basándose en las ideas de Gunther Dietz (2012) para poner de relieve los desafíos que enfrenta el Estado-nación en frente a la diversidad cultural contemporánea. También lleva a cabo un diálogo con las contribuciones de Jean Gottman (1952) a la geografía política, segunda Ina Elias de Castro (2012). de esta manera, se analizan los significados de "sistemas de movimiento" y "sistemas de movimiento de resistencia" que organizan el espacio, tratando de entender cómo tales ideas - siempre utilizados por la geografía política - podría añadirse a los temas presentados por los estudios interculturales recientes.

Palabras-clave: Geografía cultural. Geografía política. Estudios interculturales.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Coordenador do LECgeo/UFPE - Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política. E-mail: caio.maciel@ufpe.br.

1. Introdução

Este artigo parte das considerações de Iná Castro (2012) acerca das possibilidades de se pensar geograficamente *cultura e política*, compartilhando o pressuposto da indissociável relação entre essas duas dimensões da vida coletiva. Por outro lado, busca problematizar e atualizar a assertiva segundo a qual a centralidade territorial do Estado moderno deva ser o foco de uma geografia cultural e política cuja finalidade última estaria em entender a questão da adesão coletiva a um projeto de Nação. Para realizar tal releitura, lança mão do conceito de *interculturalidade* advindo da antropologia, apoiando-se nas ideias de Gunther Dietz (2012) para evidenciar os desafios colocados ao Estado-nação face à diversidade cultural contemporânea.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar a concepção de Agnew e Muscarà (2012) para quem a geografia política investiga e decifra as maneiras pelas quais considerações geográficas fazem parte de toda sorte de política. Por outro lado, acrescenta-se que a geografia cultural deve integrar o âmbito dos debates sobre “políticas de identidade” características de grupos que conformam a plêiade social em Estados pós-coloniais, em que se perfilam fenômenos recorrentes tais que o surgimento de culturas híbridas, a essencialização de territorialidades étnicas ou a patrimonialização (muitas vezes arrogante) da natureza.

Configura-se, assim, um ambiente de turbulências identitárias no qual os sujeitos concernidos vivenciam significativos rearranjos na tríade espaço, cultura e política, cuja base está em processos territoriais que naturalizam, mascararam ou reafirmam certos interesses, ao mesmo tempo em que legitimam novas e velhas formas de poder político. Tal é quadro maior das relações entre geografia política e cultural que emoldura o raciocínio aqui proposto.

Sem embargo, cultura continua uma questão de Estado, porém de maneira diferente das situações clássicas a que estivemos acostumados até tão pouco tempo atrás. Para ressaltar tal mudança, o artigo segue a trilha proposta por Castro ao visitar as ideias do geógrafo Jean Gottmann (1952) sobre sistemas de movimento e sistemas de resistência ao movimento que organizariam o espaço, iluminando o caminho com os temas trazidos pelos estudos interculturais mais recentes. Deste modo, pretende-se aqui refletir de maneira sucinta sobre as consequências do surgimento de conjunturas e estruturas intergrupais de integração/diferenciação que vêm desafiando os pressupostos geográficos das sociedades, pondo à prova o postulado segundo o qual haveria congruência entre sujeitos, identidades, culturas e comunidades – ou seja, uma harmonia expressa em fronteiras nítidas e estáveis entre pessoas, etnias, nações e assim por diante.

2. Geografia cultural, Geografia política e Estudos interculturais

Antes, porém, de lembrar a proposta de Gottmann e definir minimamente interculturalidade, cabe abrir um breve parêntesis para afirmar que uma geografia cultural que não coloca o Estado nacional enquanto problema central pode ser perfeitamente política, apenas apontando fenômenos e problemas que, de imediato, escapam à coesão moral, linguística ou territorial de crenças e valores notoriamente concatenados pelo poder estatal.

No dizer de Paul Claval (1999, p.22) a geografia fundamentada na abordagem cultural é, em essência, política, uma vez que ela evidencia os instrumentos e as maneiras pelas quais os indivíduos e as sociedades se constroem, buscam afirmação e se transformam em um jogo de competição e cooperação. Tal maneira de encarar a geografia tem privilegiando outras escalas que não o recorte nacional, da mesma forma que busca compreender a ação dos sujeitos sociais em seus espaços de vida, voltando-se mais para os indivíduos, as sociedades e seus conflitos do que para questões inerentes à apropriação da cultura pela política, embora não despreze tal aspecto. Mas esta é outra polêmica, cujo enfrentamento não será feito de pronto.

Voltando aos pressupostos do debate acima anunciado, parte-se de uma concepção mínima de estudos interculturais, termo que segundo Dietz (2012, p. 78) foi alcunhado para designar um campo emergente de preocupações transdisciplinares em termos de contatos e relações entre culturas que, tanto no plano individual quanto no coletivo, se articulam em contextos de diversidade e heterogeneidade social. Esse autor acolhe a máxima de Néstor García Canclini segundo a qual nos dias de hoje, todas as culturas são de fronteira.

Em seus desdobramentos pragmáticos, a interculturalidade é uma noção amiúde convocada pelos antropólogos em ambientes escolares que expõem situações de discriminação, xenofobia e racismo, ou seja, reação contra o Outro, onde há conflitos entre pessoas de diferentes origens, sobretudo étnicas. A constatação da existência de desacordos entre sujeitos vivenciando as mesmas práticas sócio-espaciais, aliada às tentativas de contê-los via educação, como sempre, mantém-nos sob o domo da geografia política.

Várias disciplinas encontram-se, contudo, implicadas no desafio da interculturalidade, daí ser mais comum a referência a “estudos interculturais”. Campos clássicos da ciência vêm encampando essa temática, inclusive economia, filosofia, pedagogia e ciência política. Para a antropologia, isto implicou na perda definitiva do monopólio sobre o conceito de cultura (*Idem*). Dietz critica ainda o “essencialismo” atribuído ao conceito de cultura por diversas tradições teóricas interessadas no caráter intercultural das sociedades e apresenta um panorama dos

desafios e respostas que os diferentes Estados nacionais experimentaram ante a diversidade cultural, sobretudo no campo educativo (NASCIMENTO, 2013). No que concerne à geografia, talvez a demanda mais flagrante consista em rever nossas próprias conotações do universo cultural. De modo específico, a própria geografia política passa a ser acionada enquanto...

[...] um conjunto de ideias acadêmicas e políticas sobre a relação entre a geografia e a política e vice-versa, possuindo raízes em certo número de disciplinas, particularmente geografia e ciência política, mas também sociologia, antropologia, estudos étnicos e relações internacionais (AGNEW e MUSCARÀ, 2012, p. 2, tradução nossa).

A questão da superação do medo e do ódio ao Outro, bem como das possibilidades de integração, relação e convivência com a diferença abarca desde circunstâncias pessoais, sociais até políticas de Estado, aproximando geografia e antropologia. Pergunta-se então: como o diálogo entre essas disciplinas pode contribuir para o desafio de compreender as transformações espaciais das sociedades contemporâneas? Constata-se uma vasta expansão de redes culturais que, segundo Edensor (2012, p. 27), coloca em questão noções antigas sobre identidades corporificadas em um lugar específico ou a sentimentos auto evidentes de pertença a culturas e sociedades (nacionais) particulares. Assim, identificações grupais e individuais perpassam lugares diante da proliferação de diásporas, tramas políticas e redes cibernéticas.

3. Revisitando Gottmann e Castro

Um exercício instigante consiste na recolocação em exame da contribuição gottmanniana sobre as necessidades de proteção e movimento na formação territorial das sociedades modernas (vide CASTRO, 2012, p. 163-175), pois resguardar e transformar são questões paradoxalmente intrínsecas à interculturalidade em geral, bem como caras à geografia cultural e política, abarcando identidades territoriais, nacionalismos, regionalismos. Em resumo, o pensamento do autor sustenta que processo de divisão do mundo habitado em nações e Estados, poderia ser explicado...

[...] pela dialética existente entre as forças da circulação, responsáveis pelas mudanças que se impõem de fora e a iconografia que são as forças da resistência a essas mudanças, encontradas na cultura, ou seja, nos símbolos e crenças de grupos territorialmente definidos (GOTTMANN, 1952, p. 223 apud CASTRO, *op. cit.*, p. 168).

Constata-se, nessa teoria, que os sistemas de movimento são aqueles da circulação e da troca de pessoas, informações, mercadorias e demais elementos no espaço, enquanto que os

sistemas de resistência ao movimento aparecem na qualidade de “cercas do espírito”, isto é, símbolos e crenças de grupos plantados no espaço (iconografia), correspondentes a uma cultura, a qual é contestada, confrontada ou desprezada por outras comunidades.

Neste momento abre-se uma reflexão de fundo: o que o autor chama de iconografia possui certa conotação negativa (ou pelo menos de negação), posto que a cultura resumir-se-ia a “oferecer resistência” enquanto um cimento simbólico ou simulacro de uma unidade mais ou menos estável, coincidente com os interesses de um estado nacional?

O papel dos sujeitos sociais também não é muito claro, posto que pouco concernidos no esquema de análise em pauta, parecendo adotar posturas de autômatos diante de um poder demiurgo. Por outro lado, a circulação brota como algo pró-ativo, portador de mudança e dinamicidade, criação e deslocamento. Mesmo que o autor chame atenção para o fato de que pode haver circuitos de troca em mão dupla ou simplesmente rotas de transferência unidirecional, resta a dicotomia ação-ativa/reação-passiva no conjunto de sua proposta teórica.

Com o avanço tecnológico dos últimos cinquenta anos e, em especial, com a conectividade e convergência midiática propiciada pelo aparato técnico-científico da globalização, resta-nos indagar sobre os novos significados e a potência da circulação, inclusive nas repercussões de uma alucinante produção e trânsito de informações. Se “localizar no espaço os fenômenos consiste em colocá-los nos sistemas de relações que a circulação anima”, considera-se que tais sistemas estão se tornando crescentemente complexos e, ao mesmo tempo, seletivos, intensivos e instantâneos, porém hierarquizados. Conduzem tanto a energia para mudar, como também constituem sólidas máquinas ou lógicas de padronização e manutenção de modelos e valores que podem ser intranacionais, supranacionais ou transnacionais.

Inserir-se, então, a necessidade de uma nova ética territorial e de uma hermenêutica intercultural, no sentido de refletir sobre as novas condições que possibilitam a compreensão e a comunicação entre seres humanos num mundo ao mesmo tempo uno e fragmentado, pois “o Estado-nação e sua identidade estão porosos à investida de outras identidades” (SÁ, 2012, p. 24).

Ainda quanto ao sistema de forças contrárias, ou seja, de contenção, podemos pensar de saída que a ideia de iconografia conduz a algumas confusões, pela sua parcialidade em relação ao emprego de termo, muito difundido no universo das artes. Para um melhor entendimento, reforça-se a conotação de marcadores geossimbólicos (por analogia aos marcadores étnicos da antropologia), de modo a envolver todas as manifestações da cultura que se inscrevem no espaço, em busca de contrabalançar forças que tenderiam a dissolver a organização preestabelecida. Talvez a paisagem enquanto uma retórica possa ser considerada um dos

elementos mais contundentes do que Gottmann chama de iconografia, assunto ao qual retornaremos adiante.

Originalmente o autor estabelece que as “cerças espirituais” (símbolos, códigos) que sustentam os nacionalismos são o exemplo mais bem-acabado do papel de estabilidade política acionado pelos sistemas de resistência. Somente através dessa contraposição à mobilidade seria possível cimentar os membros de uma comunidade de modo a fazê-los aceitar a coabitação sob um mesmo comando político (*Idem, apud CASTRO, p. 167*). Castro, por sua vez, inclui tal horizonte em escalas abaixo do Estado nacional, assumindo que a mesma lógica é passível de aproveitamento na compreensão dos regionalismos, bairrismos e outras representações sociais. Todavia, a ênfase prossegue recaindo no recorte nacional. Na geografia humana contemporânea, a permanência dos recortes e invólucros nacionais é reconhecida, mesmo aceitando o avanço de processos inerentes à “matriz cultural da globalização”:

A nação continua a ser a principal construção espacial em um mundo em que o espaço é dividido em porções nacionais. A nação distingue-se espacialmente como uma entidade delimitada, possuindo fronteiras que a marcam como separada de outras nações. Fronteiras encerram uma certa população sujeita a uma administração hegemônica sob a forma de um sistema político discreto dominando todo este espaço, mas que, em um mundo de nações, deverá respeitar a soberania de outras nações. Essas fronteiras também são imaginadas para incluir uma cultura particular e independente, uma noção que é articulada por formas hegemônicas de diferenciar e classificar as singularidades culturais. Não é que as diferentes culturas não possam existir dentro de qualquer nação, mas elas são subordinadas à nação, e concebidas como parte da diversidade cultural nacional (EDENSOR, 2002, p. 37, tradução nossa).

Ao se considerar tais fenômenos caros à geografia política e cultural, torna-se manifesto que suas iconografias não brotam espontaneamente do espírito ou da vida material e simbólica dos povos em cotejo. A própria condição de surgimento, expressão e manutenção das iconografias é circunstanciada por relações de poder, ainda mediadas pela centralidade do Estado ou de uma identidade nacional, mesmo se a estabilidade espacial dos sentimentos de pertença esteja ameaçada por outros tipos de identificações.

Aceitando todos os predicados deste raciocínio, deve-se, contudo, levar em conta que cada vez mais as argamassas simbólicas são perpassadas pela interculturalidade, inclusive pelo concurso de identidades deslizantes, para usar a expressão de Stuart Hall (2007), que desafiam as unidades de berço. Cabe, por conseguinte, colocar que o maior desafio à escala do Estado-nação é decidir se a multiplicação de iconografias na globalização é ou não um problema – e, em caso afirmativo, como lidar com ele.

Neste sentido, é interessante aprofundar a averiguação: num mundo de contatos crescentes e hibridez cultural, caberia ainda tomar como princípio que política tenderia mais ao movimento/mudança enquanto que cultura tenderia mais à inércia/manutenção? Apesar do recurso de Castro à concepção de cultura de Raymond Williams (enquanto processo), a ideia de iconografia de Gottmann parece de fato reservar à cultura um papel mais estável enquanto conjunto de símbolos chancelados pelas relações de poder e autoridades políticas. Relembrando, cultura seria um conjunto de conteúdos simbólicos que aglutinariam solidamente os membros de uma comunidade, os quais aceitariam e legitimariam a coabitação sob um dado comando político. Caberia às forças de movimento deslocar a cultura, pois a circulação seria naturalmente criadora de mudanças na ordem estabelecida no espaço. Isto é, a circulação, do ponto de vista da ordem cultural, “desconjuntaria” as ideias, recomporia os homens.

A ordem cultural constituiria um conjunto concatenado de ideias e valores, melhor dizendo, uma dada relação ao mundo, comum aos membros de uma comunidade, que o movimento inerente à política tenderia a colocar em cheque, mexer, torcer, arrastar... Quer dizer, os marcadores geossimbólicos refletiriam “as cercas mais importantes [que] se encontram nos espíritos” cujo exemplo maior encontrar-se-ia no nacionalismo. Todavia, tal raciocínio aplica-se de maneira menos plausível a situações de insegurança ontológica das identidades nacionais características da pós-modernidade.

4. Desafios da interculturalidade à geografia cultural e política

Neste sentido, a noção de interculturalidade elenca alguns desafios à geografia política e cultural hodierna. Gunther Dietz, ao examinar as fontes das atuais “turbulências identitárias” de que padecem os Estados nacionais confrontados à diversidade cultural, elenca três dimensões que parecem ser encruzilhadas postas a todas as ciências humanas:

Sustento que é a combinação de três processos diferentes, mas interligados, que gera respostas específicas pelo projeto dominante de ‘política de identidade’ para cada contexto nacional e regional – a **crecente integração supranacional**, a **(re)aparição de identidades subnacionais**, assim como o estabelecimento de **redes e comunidades transnacionais** (DIETZ, 2012, p. 132, grifos nossos, tradução nossa).

Devido ao seu evidente aporte à reconsideração das relações entre fixação e influxo na teoria gottmaniana, vale a pena determo-nos, em resumo, na problematização do nacionalismo e da etnogênese apresentada pelo supracitado antropólogo. Longe de esgotar o tema, são apresentadas algumas balizas que possam interessar aos novos estudos de cultura e política na

geografia. Embora repartidas em três grandes famílias, representam processos interligados que apontam para uma crescente hibridização das pautas reivindicativas e dos arranjos de valores em sociedades que vivenciam a confluência de diversas identidades territorializadas e/ou desterritorializadas.

Inicialmente, os desafios supranacionais, talvez os mais debatidos pelos geógrafos. A globalização ou mundialização, em sua dimensão comunicativa, suportada por fluxos de informação, capital e pessoas, configura interações num mundo pós-colonial e estrutura redes que perpassam antigas fronteiras cognitivas e de mercado. O movimento vertiginoso da era atual sacode certezas acerca da estreita relação entre Estado, nação e economia, paradigma dominante até meados do século passado, quando foi estabelecida a teoria geográfica dos sistemas de circulação e contenção.

Uma definição radical e provocativa do momento que vivemos pode ser encontrada de novo em Canclini:

[...] uma nação, por exemplo, se define pouco a essa altura pelos limites territoriais ou por sua história política. Sobrevive melhor como uma comunidade interpretativa de consumidores, cujos hábitos tradicionais – alimentares; linguísticos – os levam a relacionar-se de modo peculiar com os objetos e a informação circulante nas redes internacionais (CANCLINI, 1995, p. 49-50 *apud* DIETZ *op. cit.* p. 134, tradução nossa).

A metáfora cibernética da internet aparece como modelo futuro de sociedade globalizada, interconectada sob a égide da convergência midiática e do consumismo. Por outro lado, a exacerbação dos fluxos internacionais desperta a explosão de estereótipos de todo tipo em recortes os mais diversos: localismos, nacionalismos, regionalismos e toda uma gama de essencialismos novos e/ou recauchutados (SÁ, 2012, p. 20-21). Em todo caso, a circulação acelerada põe à prova a capacidade mobilizadora e congregadora do nacionalismo e sua iconografia enquanto um contrato identitário estável, o que nos leva à dimensão interna do problema.

Ou seja, os desafios subnacionais, aqueles que colocam face a face os poderes nacionais e os poderes dissidentes, muitas vezes empoderados por uma visibilidade mundial. Em paralelo aos fenômenos acima esboçados, o Estado e a nação são confrontados pelo “despertar étnico-regional” (*Idem*), no bojo do qual são questionados os êxitos das políticas de homogeneização cultural e construídas agendas alternativas ao destino nacional – ou mesmo contra-hegemônicas. O tema do regionalismo, paradoxalmente, ganha novas cores e contornos estimulados pela globalização, que passa a ser considerada enquanto ameaça ou oportunidade para as sociabilidades autóctones.

O argumento da centralidade territorial é reforçado, não importando em que nível da mancha nacional (local ou regional), enquanto a exacerbação de retóricas chauvinistas conduz frequentemente a guerras identitárias, resvalando muitas vezes para os preconceitos – inclusos aí os de origem geográfica. Dietz ressalta a construção de afinidades e antipatias linguísticas, as quais conduzem a formas de distinção preconceituosas a que ela chama de “linguicismo”, cujas manifestações afins são racismo, sexismo e estratégias separatistas que podem atestar fraqueza ou fracasso do projeto nacionalista.

Nesse sentido, a africanidade pode transformar-se em um imaginário geográfico atuante no plano pragmático: exemplos como o reconhecimento de comunidades quilombolas no Brasil podem ser aqui evocados; ou ainda, diante de uma campesinidade latente em áreas de *plantation* crescem os movimentos por uma re-campesinização em terras de assentamento, muito embora os pequenos produtores possam ter outros planos para si – isto é, os desafios se multiplicam. Por outro lado, como afirma Edensor (2002, p. 26 e 27) a proliferação de reivindicações numa agenda de direitos e cidadania cultural pelos mais diferentes grupos (deficientes, gays, lésbicas, etnias, mulheres, organizações da terceira idade e jovens) “ressoa com os avanços feitos através de políticas de identidade que desafiam a centralidade das identidades nacionais exclusivas” (*idem*).

Como quer que seja, aqui estão temas caros à geografia política e cultural, uma vez que muitas dessas repartições acabam por se constituir em motivos práticos e “objetivos” que embasam ações políticas em determinados territórios, como compensação por assimetrias históricas de recursos ou de poder. A reação dos Estados-nacionais a este tipo de contraposição/fragmentação tem sido a de fomentar a descentralização e conceder direitos históricos a grupos subnacionais, mas sem realmente resolver os conflitos subjacentes (vide os impasses da educação intercultural e bilíngue dos indígenas brasileiros em Nascimento, 2014). Se não chegam a efetivar rupturas e separações, tais questões recolocam os termos dos acordos em torno dos significados de uma cultura nacional.

Enfim, a terceira e última dimensão, os desafios transnacionais. No caso, o tema mais candente são as migrações de pessoas entre países, levando os Estados-nação a elegerem a mobilidade humana como um grave problema, posto que esta desafiaria “não apenas a capacidade do Estado de controlar, disciplinar e sedentarizar a cidadania”, mas ainda “o princípio mesmo da territorialidade, eixo da ‘soberania nacional’ e da ‘inviolabilidade’ de suas fronteiras” (DIETZ, *op. cit.*, p. 143). Os geógrafos têm insistido nos atritos gerados, mormente, pela imigração estrangeira para grandes metrópoles, constituindo-se um tema quente da geografia cultural o estudo da visibilidade e confronto entre culturas diferentes convivendo nos

espaços públicos (CASTRO, *op. cit.* p. 173). Por outro lado, a ênfase das abordagens antropológicas prefere deslindar os caminhos da superação dos confrontos, sem, contudo, negá-los.

O que está em jogo são os vínculos de caráter trans-fronteiriço, fomentando, por exemplo, redes migratórias, laços de parentesco e formação de grupos de vizinhança que passam a ser combatidos pelas forças hegemônicas sob a égide da “ilegalização” ou da formação de guetos. Colônias étnicas em processo de desterritorialização e reterritorialização com repercussões para as nações em que se instalam já são estudadas pelos geógrafos (HAESBAERT, 2006); por outro lado, antropólogos, como Arjun Appadurai, falam na formação de *ethnoscapes*:

Por “ethnoscape”, quero dizer a paisagem de pessoas que constituem o mundo mutante em que vivemos: turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores temporários e outros grupos em movimento, pessoas que constituem uma característica essencial do mundo e que **parecem afetar a política das nações e entre as nações**, em um grau até então sem precedentes (APPADURAI, 2003, s/p., tradução nossa).

No caso de países continentais como o Brasil, acredito que os movimentos de pessoas e ideias em escala intranacional também contribuem para complexificar o cenário, haja vista a considerável heterogeneidade cultural entre as suas diferentes regiões. O caso dos migrantes nordestinos de retorno e sua influência na transformação/consolidação de um imaginário geográfico de Nordeste tem sido objeto de reflexões recentes que ajudam a corroborar tal hipótese (SOUZA, 2015).

Como quer que seja, a maior porosidade das fronteiras para a circulação de indivíduos em territórios e civilizações diversas dá margem a novos processos de hibridização cultural, interações passíveis de compreensão pelas lentes da interculturalidade. Até que ponto comunidades transnacionais ou fruto de diásporas podem diminuir a força domesticadora dos Estados? A transnacionalização de migrantes, ao provocar o transplante de “cercas mentais” (iconografias) teria o poder de abalar lealdades nacionais e identidades coletivas nos locais de recepção? Questão abertas para a geografia humana, estreitando a reciprocidade entre sistemas de circulação e sistemas de resistência. Percebe-se aqui um sistema de movimento das resistências ao movimento (iconografias) – algo não tão explícito na formulação original de Gottmann.

Para completar esse breve apanhado de indagações e preocupações compartilhadas com os antropólogos, deve-se lembrar da advertência de Dietz (*idem*), para quem o transnacional não deve confundir-se com o ‘transcultural’ – falha recorrente de pensadores fascinados com a

multiplicidade virtualmente ilimitada de identificações pós-nacionais. Num mundo em que mover-se e permanecer mostram-se cada vez mais enlaçados, os estudos interculturais (incluindo os da geografia política e cultural) devem, por conseguinte, rever com cuidado suas metodologias de recorte territorial e temporal, de modo a abarcar os sujeitos sociais híbridos que geram, encenam e codificam culturalmente seus espaços. A sobrecodificação do espaço, por sinal, é uma seara preciosa para os geógrafos, posto que as iconografias contemporâneas se tornam cada vez mais polissêmicas, e as possibilidades de interpretação dos marcadores geossimbólicos exigem um olhar intercultural.

5. A reafirmação da paisagem como elemento-chave das iconografias interculturais

É por este motivo que, para fechar esse breve exercício, retorno à paisagem enquanto um conceito geográfico que compartilha explicitamente preocupações a propósito da relação da cultura e da política com o espaço. Ora, a paisagem é uma peça-chave da iconografia quando se trata de identidades espaciais. No momento, é factível perguntar: quais as paisagens da interculturalidade? Como dito, a paisagem quando usada na qualidade de retórica aproxima-se de uma poderosa iconografia no sentido gottmaniano do termo: uma cerca do pensamento. Por conseguinte, defende-se aqui que é nas paisagens emblemáticas que o conceito de marcadores geossimbólicos se faz mais integralmente geográfico.

A paisagem é o grande teatro dos discursos, imagens e narrativas fundadoras de diversos recortes: cidades, lugares, espaços públicos, regiões, nações. Ou seja, o conjunto de imagens representativo dessas porções territoriais pode ser sintetizado e concatenado em uma retórica espacial. Inclusive de tal forma que tanto paisagens culturais quanto paisagens políticas tornam-se, a rigor, pleonasmos. Isto é, não há possibilidade de se falar em paisagem separadamente de seus conteúdos e condicionantes culturais e políticos – pelo menos no âmbito da geografia humana.

Em outros momentos (MACIEL, 2009; 2010; 2012) já procurei ressaltar que a cultura, quando se expressa num lugar geossimbólico (sobretudo no espaço público), caracteriza-se por conter ao mesmo tempo debate, confronto e negociação, quer dizer, abarca a adaptabilidade e a variabilidade, sendo fundada em uma práxis que pode assim ser concebida: a ação de persuadir ou de convencer o outro mediante a palavra – definição básica de retórica. Portanto, pode-se entender retórica enquanto parte indissociável da política, pois ambas incluem “a negociação da distância de opinião das pessoas a propósito de uma questão ou problema” (MEYER, 1993,

p. 22). Na paisagem, a palavra é simbioticamente associada à imagem. E a imagem/paisagem tem o poder comunicativo de uma metonímia. Portanto, seja na negociação das distâncias ou na hibridização das afinidades culturais, as metonímias geográficas participarão ativamente dos processos de identificação dos povos em contato.

Assim, a definição de retórica de Meyer vem a ser entendida como um princípio essencial para a política, abarcando negociação em seu sentido lato (para além de trocar e ceder, incluindo coagir, trapacear e iludir). A tradução de pensamentos, ideias, valores, crenças e intenções em imagens e narrativas territorialmente circunscritas coloca a paisagem no teatro de uma geografia humana *tout court* (cultural e política), uma vez que a busca de consensos/críticas sobre um lugar e suas iconografias implicará em disputas e tensões ideológicas com base em diferentes convicções relacionadas a comunidades reais ou imaginárias, corporificadas em imagens e modos de colocar o espaço em imagens.

Por isso o estudo dos fundamentos imaginários da sociedade (isto é, suas metonímias espaciais prediletas, suas paisagens icônicas, politicamente eficazes) deve levar em conta que os valores simbólicos e estéticos são um produto social e supõem, portanto, diferentes interesses e escolhas políticas (CASTRO, 2002, p. 123) em diferentes escalas. O estudo da retórica ligada ao espaço permite, por conseguinte, compreender por um viés geográfico como as identidades são forjadas no (e através do) território, evidenciando as paisagens enquanto fontes de símbolos e, ao mesmo tempo, meios de expressão privilegiada destas identificações politicamente circunstanciadas – que sejam nacionais, mas sempre desafiadas pelas três conexões apontadas por Dietz (integração supranacional/reaparição de identidades subnacionais/redes transnacionais).

6. Considerações finais

O campo dos processos interculturais, apenas esboçado no presente ensaio, sugere que integremos outras variáveis à compreensão das maneiras como vemos os Estados nacionais e suas geografias, em um mundo onde sistemas de circulação e sistemas de resistência se imbricam de maneiras inéditas – e, até agora, não previstas pela geografia humana, seja em sua vertente cultural ou política.

Mesmo que a centralidade territorial do Estado moderno permaneça um dado incontornável na arena da globalização, os estudos culturais têm demonstrado que o entendimento da adesão coletiva a um projeto de Nação é, nos dias de hoje, bastante

influenciado por escalas *supra* e *trans* nacionais, as quais também influenciam a dinâmica de fenômenos internos, como os regionalismos.

No âmbito da geografia brasileira, os trabalhos de Iná Castro (2002; 2012) têm dialogado proficuamente com a clássica contribuição de Jean Gottmann (1952), ressaltando a necessidade de se considerar de modo prudente a fragmentação da era global e o enfraquecimento do papel do Estado e dos recortes nacionais. Na perspectiva inversa, os aportes de estudos interculturais recentes colocam em questão os desígnios dos invólucros e cercas do pensamento baseados exclusivamente em solidariedades organizadas por ideias de Nação.

Como o próprio Gottmann adiantou, “enquanto a circulação se estende e se intensifica e derruba as fronteiras, as mentes dos homens se reagrupam segundo a lealdade aos sistemas de signos. As fronteiras mais duras atualmente são aquelas da lealdade à fé ou à doutrina. A era aberta 500 anos atrás pode estar se fechando” (GOTTMANN, 2012, p. 543).

7. Referências

AGNEW, J. & MUSCARÀ, L. (2012). *Making Political Geography*. 2 ed. Lanham, Maryland, USA/Plymouth Rowman & Littlefield Publisher Inc. 2012.

APPADURAI, A. *Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy*. 2003.

Disponível em:

<http://www.intcul.tohoku.ac.jp/~holden/MediatedSociety/Readings/2003_04/Appadurai.html>. Acesso em: 19 de mar. de 2013.

CASTRO, I.E. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. *In*: YÁZIGI, E. (dir.), **Turismo e Paisagem**. São Paulo, Contexto, 2002, p. 121-140.

_____. Um modelo geográfico para pensar a cultura e a política na geografia cultural. *In*: MACIEL, C. A. A.; GONÇALVES, C. U & PEREIRA, M. C. B. **Abordagens geográficas do urbano e do agrário**. Recife, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 163-175.

CLAVAL, P. *Qu'apporte l'approche culturelle à la géographie?* **Géographie et Cultures**, n° 31, 1999, p. 5-24.

DIETZ, G. *Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación. Una aproximación antropológica*, México: FCE, 2012.

EDENSOR, T. **National Identity, Popular Culture and Everyday Life**. Oxford/New York: Berg, 2002.

GOTTMANN, J. **La politique des États et leurs géographie**. Paris, Armand Colin, 1952.

_____. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 2, nº 3, 2012, p. 523-545.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. São Paulo, DP&A Editora, 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2006.

MACIEL, C. A. A. A Retórica da Paisagem: um instrumento de interpretação geográfica. **Espaço e Cultura** (UERJ), v. 26, 2009, p. 32-48.

_____. *Métonymies géographiques des espaces publiques à Recife (Brésil): entre images figées et rhétorique du paysage*. **Géographie et Cultures** (Paris), v. 73, 2010. p. 63-76.

_____. A geografia política da paisagem: imagens, narrativas e sensibilidades culturais em disputa no espaço público recifense. In: MACIEL, C. A. A.; GONÇALVES, C. U & PEREIRA, M. C. B. **Abordagens geográficas do urbano e do agrário**. Recife, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 34-50.

MEYER, M. **Questions de rhétorique: langage, raison et séduction**. Paris, Le Livre de Poche, 1993.

NASCIMENTO, R. N. F. Resenha. DIETZ, Gunther. *Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación. Una aproximación antropológica*. México: FCE, 2012, 279 p. In: **Revista Brasileira de Educação**, vol. 18, nº 54, Rio de Janeiro July/Sept. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000300015>>. Acesso em: 10 de ago. de 2016.

_____. **Interculturalidade e educação escolar indígena em Roraima: da normatização à prática cotidiana**. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SÁ, A. J. Ética, identidade e território: reflexões uma perspectiva geográfica. In: SÁ, A. J. & FARIAS, P. S. C. **Ética, identidade e território**. Recife, CCS Gráfica, 2012, p. 17-73.

SOUZA, T. R. **Lugar de origem, lugar de retorno: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.